



**PROCESSO TC Nº 08071/20**

**Objeto:** Prestação de Contas Anual

**Órgão/Entidade:** Prefeitura de Mataraca/PB

**Exercício:** 2019

**Responsável:** Sr. Egberto Coutinho Madruga

**Relator:** Cons. Arnóbio Alves Viana

EMENTA: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA – PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – PREFEITO – AGENTE POLÍTICO – CONTAS DE GOVERNO – APRECIÇÃO DA MATÉRIA PARA FINS DE EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO – ATRIBUIÇÃO DEFINIDA NO ART. 71, INCISO I, C/C O ART. 31, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO ART. 13, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA, E NO ART. 1º, INCISO IV, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 18/93.  
**Parecer FAVORÁVEL à aprovação das contas de governo. Encaminhamento à consideração da Câmara Municipal.**

**PARECER PPL – TC –00043/2.021**

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 71, inciso I, c/c o art. 31, § 1º, da Constituição Federal, o art. 13, § 1º, da Constituição do Estado, e o art. 1º, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 18/93, apreciou os autos da **PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MATARACA**, relativa ao **exercício financeiro de 2019**, sob a responsabilidade do **Sr. Egberto Coutinho Madruga** e decidiu, em sessão plenária hoje realizada, por



**PROCESSO TC Nº 08071/20**

unanimidade, na conformidade do voto do relator, emitir **PARECER FAVORÁVEL** à aprovação das contas de governo do mencionado gestor, encaminhando a peça técnica à consideração da Egrégia Câmara de Vereadores do citado município para julgamento, e, por meio de Acórdão de sua exclusiva competência:

- I. **JULGAR REGULAR COM RESSALVAS** a prestação de contas no tocante aos atos de gestão de responsabilidade do Prefeito do Município de MATARACA, **Sr. Egberto Coutinho Madruga**, relativas ao exercício de 2019;
- II. **DECLARAR O ATENDIMENTO PARCIAL** aos preceitos da LRF;
- III. **APLICAR MULTA**, no valor de R\$ 2.000,00(dois mil reais), equivalente a 37,06 UFR/PB, ao **Sr. Egberto Coutinho Madruga**, com fulcro no art. 56, II da Lei Orgânica deste Tribunal, assinando-lhe o prazo de 60(sessenta) dias para o recolhimento voluntário aos Cofres do Estado/PB, em favor do Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal, sob pena de cobrança executiva.
- IV. **RECOMENDAR** à atual administração da Prefeitura Municipal de MATARACA, no sentido de guardar estrita observância aos termos da Constituição Federal, das normas infraconstitucionais e ao que determina este Tribunal de Contas em suas decisões, evitando a reincidência das falhas constatadas no exercício em análise.
- V. **COMUNICAR À RECEITA FEDERAL DO BRASIL**, a respeito das falhas atinentes às obrigações previdenciárias.



**PROCESSO TC Nº 08071/20**

Publique-se, registre-se e intime-se.  
TCE – Tribunal Pleno- Sessão Virtual  
João Pessoa, 10 de março de 2021

mfa

Assinado 14 de Abril de 2021 às 09:27



**Cons. Fernando Rodrigues Catão**  
PRESIDENTE

Assinado 13 de Abril de 2021 às 12:01



**Cons. Arnóbio Alves Viana**  
RELATOR

Assinado 13 de Abril de 2021 às 20:59



**Cons. Antônio Nominando Diniz Filho**  
CONSELHEIRO

Assinado 13 de Abril de 2021 às 12:38



**Cons. Antonio Gomes Vieira Filho**  
CONSELHEIRO

Assinado 13 de Abril de 2021 às 12:12



**Cons. em Exercício Oscar Mamede Santiago  
Melo**  
CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO

Assinado 14 de Abril de 2021 às 09:32



**Manoel Antônio dos Santos Neto**  
PROCURADOR(A) GERAL